



**Ata n.º 6**  
**da Assembleia Representativa da**  
**Ordem dos Contabilistas Certificados**

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas catorze horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante AR, no Auditório António Domingues de Azevedo, Lisboa, sito na Avenida Defensores de Chaves, nº 85-B, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Antes da Ordem do Dia:**

Tempo previsto: 55'

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa;   | 15' |
| 2. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia;   | 10' |
| 3. Informação sobre a presença da Sra. Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e de elementos do apoio jurídico; | 5'  |
| 4. Informações e pedidos de esclarecimento.  | 25' |

**Ordem do Dia:**

Tempo previsto: 180'

- |   |      |
|---|------|
| 1. Dar nota à Assembleia Representativa da ata n.º 3, da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC; | 15'  |
| 2. Aprovação do Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais;  | 30'  |
| 3. Aprovação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2020;  | 120' |
| 4. Leitura e votação da minuta da ata.  | 15'  |

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar todos os Representantes, a Sr.ª Bastonária, os elementos do Conselho Diretivo, do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal e os demais colegas presentes, informando que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo, para efeitos de produção da ata e disponibilização da sessão no micrositio da OCC e solicitando aos colegas, quando quisessem usar da palavra, que se inscrevessem, como é prática frequente, e que o fizessem a partir do púlpito. Mais informou o Sr. Presidente da MAR que, relativamente às declarações de voto, as mesmas seriam apresentadas na Mesa e lidas pela própria Mesa, sendo



Representantes que haviam atingido 3 faltas consecutivas às AR's, a saber: Pelo distrito de Castelo Branco, Sebastião Dias Gomes, CC 39364; pelo distrito da Guarda, Fernando José Pega Magro, CC 2880; pelo distrito de Lisboa, Francisco José Campos Graça Onofre Ferrão, CC 34273, também pelo distrito de Lisboa, Guilherme Pereira Lavos, CC 30536, e ainda pelo distrito de Lisboa, Hugo Manuel Moreira Luís, CC 53919. Todos eles faltaram, sem apresentar as devidas justificações, às últimas três AR's. Assim sendo, o Sr. Presidente da MAR informou a AR que convidou os membros suplentes dentro das listas pelos quais foram eleitos, e segundo a ordenação destas, a assumir as respetivas funções. Pelo facto de terem sido realizadas duas assembleias em datas muito próximas, o convite endereçado aos colegas substitutos para tomarem posse foi efetuado *“muito em cima da hora,”* por isso, adiantou o Sr. Presidente da MAR, para alguns a tomada de posse só seria possível na próxima AR.

Entrados no primeiro ponto de Antes da Ordem do Dia, e ainda não estando presentes os Contabilistas Certificados cuja tomada de posse estava agendada para esta Assembleia, o Sr. Presidente da MAR, informou, como decorre do ponto dois do período de Antes da Ordem do Dia, sobre as presenças, as faltas e representações à assembleia na Assembleia Representativa, tendo mencionado que, na última AR, faltaram injustificadamente, de acordo com o n.º 5 do artigo 17.º do Regimento, os Representantes Sebastião Dias Gomes CC 39364, Fernando José Pega Magro CC 2880, Francisco José Campos Graça Onofre Ferrão CC 34273, Guilherme Pereira Lavos CC 30536, Hugo Manuel Moreira Luís CC 53919, João Manuel Lopes Gomes CC 30113 e Artur Maria da Silva CC 23165. Dois outros Representantes faltaram à referida Assembleia, mas apresentaram, dentro do prazo regulamentar, justificações com atestados médicos, que foram, naturalmente, aceites.

Foi ainda prestada a informação, pelo Sr. Presidente da MAR que, na reunião estavam presentes, naquele momento, sessenta e cinco Representantes e dez Representados, perfazendo o total de setenta e cinco presenças.

Seguidamente e cumprindo o terceiro ponto de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da MAR informou que, considerando os assuntos a tratar, e de acordo com o disposto no artigo 13.º do Regimento, estavam presentes na reunião, além da MAR, a Sr.ª Bastonária,



Domingos Queirós Martins CC 2596, António Carlos Gomes Dias CC 17917, Rui Jorge da Silva Costa CC 8367 e João Filipe de Araújo Machado CC 76360.

Dada a palavra ao Representante António Caseiro que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, os colegas da AR e os demais colegas, mencionou que não podia (citamos) *“esconder a emoção, a honra e a alegria e o privilégio que sinto em estar, mais uma vez, numa Assembleia de Representantes, o que aumenta a minha responsabilidade resultante da vontade manifestada pelos Contabilistas Certificados do meu círculo de Leiria, eleitos pela lista A, com o lema "todos contam", liderada pela Exma. Sra. Dra. Paula Franco, eleita segunda Bastonária para a Ordem dos Contabilistas Certificados”*. Referiu também que se revia no lema de *“servir e não se servir da Ordem, prometer lutar contra lobbies e interesses. Gerir a Ordem não é tarefa fácil, considerando o pesado leque de desafios com que se debate”*. Concomitantemente, aludiu que a Direção atua diariamente de forma única e exclusiva, em favor dos Contabilistas Certificados, através da sua gestão eficiente, dos seus conhecimentos, na concretização dos projetos, nas atitudes e na forma atenta como se dirige a todos, assim como na eficácia do trabalho. Deu ainda nota do espírito de diálogo com a Autoridade Tributária, outros parceiros sociais e com a sociedade civil e que, nesse sentido, no seu entender, os Contabilistas Certificados não esquecem a enorme exigência que esta Direção, na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, tem acrescentado para o bem de todos, permitindo que um trabalho destes seja respeitado e valorizado. Terminou a sua intervenção parabenizando a Sr.<sup>a</sup> Bastonária.

De seguida, foi dada a palavra ao Representante José Rodrigues que cumprimentou o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e restantes membros do Conselho Diretivo, os restantes membros da MAR, os colegas Representantes e os demais colegas. Após felicitar o Representante António Caseiro pelo seu discurso, transmitiu que (citamos) *“(…) só queria questionar uma coisa que se passou na última Assembleia. Eu penso que... não sei se algum colega membro dos Representantes se chama José Rodrigues Mendes, porque no site da Ordem, por acaso no domingo, ao ver o resultado das votações e o que*



*que me chamam ressabiado, retirem essa ideia porque não corresponde à verdade.”*

Continuou referindo que, em abril de 2018, a Sra. Bastonária, na primeira Assembleia da aprovação das contas, afirmou, que os processos de controlo de qualidade que estavam pendentes, e porque tinha sido extinto o controlo de qualidade, iam ser resolvidos pela “prata da casa.” ((citamos)). Qual é a situação desses processos? questionou o Representante. Prosseguiu asseverando que pertenceu ao controlo de qualidade por mérito próprio, já que, concorreu, foi submetido a uma entrevista por duas pessoas que desconhecia e foi controlado durante um dia no seu escritório, por outras duas pessoas que também não conhecia. Terminando a sua intervenção, o colega lembrou um pensamento do Bastonário António Domingos Azevedo, “quando a instituição não fosse capaz de ter um sistema de controlo de qualidade para os seus membros, alguém iria ter essa tentação”. Nesta senda, colocou a questão de saber se “não quererá a Autoridade Tributária implementar um sistema de controlo de qualidade aos Contabilistas Certificados?”

Dada a palavra ao Representante António Dias que, após ter saudado todos os presentes referiu que considerava importante fazer uma análise ao ano transato. Assim, enquanto Representante eleito por Vila Real, não pode deixar de saudar algumas iniciativas da OCC no distrito, designadamente, a formação segmentada em Chaves, as primeiras reuniões livres em Chaves, as ações de formações no âmbito do SAFT, as ações de formação no local de trabalho, demonstrando que esta descentralização é extremamente positiva e extremamente útil para a globalidade dos membros. Registou, pois, com agrado, poder trabalhar de forma profícua a favor dos Contabilistas Certificados da sua região, designadamente, também e a exemplo do verificado com todos os outros elementos, com o Dr. Rui Martins, CC 18456, que é o novo membro da Assembleia pelo Distrito de Vila Real e cuja posse ocorreu na última Assembleia.

Dada a palavra ao Representante Rui Costa, o mesmo cumprimentou o Sr. Presidente da MAR, a ilustríssima Bastonária, todos os órgãos, os colaboradores da Ordem e os colegas. De seguida, afirmou que as suas ausências de intervenções não têm nada a ver com conformismos, nem na falta da participação, mas sim com a certeza que o caminho que



será para manter. Referindo-se à questão trazida pelo Representante Queirós Martins, que suscitou uma intervenção do Representante Filipe Machado, e quanto a ressabiamento, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária mencionou que desconhecia a origem dessa questão, e que entendia que não seria interessante para o que se discute na Assembleia. Quanto aos processos de controlo de qualidade, é natural que haja esta curiosidade de saber o que é que é feito e o que é que a direção pretende fazer. Aliás, no Plano de Atividades, está lá mencionado, isto é, estava no do ano passado, no entanto, o Conselho Diretivo entendeu fazer um compasso de espera em relação à implementação do sistema, porque se pretende que seja um sistema completamente diferente do anterior. Isto porque, prosseguiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, também fui parte integrante do controlo de qualidade, naquilo que era a avaliação final dos relatórios dos srs. controladores e, não concordando com algumas questões daí advenientes, faz com que pretenda fazer mais e melhor ou, pelo menos, diferente. Em relação aos processos que estavam em curso, e porque a eficácia quer da comissão, quer dos controladores, não era muita, ficaram centenas de processos a aguardar tramitação. Esses processos foram todos avaliados por um grupo do Conselho Diretivo, entre eles o colega diretor Manuel Teixeira e o colega diretor Joaquim Jorge Barbosa, sendo certo que aos relatórios aprovados foi dado o devido seguimento e foi dada uma resposta aos membros, já aqueles que estavam reprovados, com condições válidas de reprovação, mantêm-se em “stand by”. A resposta que foi dada aos membros foi que, a seu tempo, serão contactados pela Ordem. Nenhum processo do passado foi arquivado, foi esquecido ou será esquecido, todos eles serão avaliados a seu tempo e quando existirem as novas regras implementadas. Recentemente numa conferência do IFAC, em conjunto com outras organizações internacionais e só sobre controlo de qualidade, o Conselho Diretivo trouxe experiências para fazer a primeira triagem e chegar a mais colegas, àqueles que verdadeiramente precisam de ter um controlo de qualidade, que se materialize numa certificação de qualidade. Ainda não foram criadas condições para essa implementação. Claro que a questão do SAFT veio, de alguma forma, interferir neste processo, afirmou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, porque ele também tem que ser equilibrado com estas novas questões que a Autoridade Tributária trouxe. Ainda assim, são questões completamente diferentes na sua forma de avaliação, por isso nada tem a ver com aquilo que o colega Domingos Queirós Martins disse sobre uma coisa substituir a outra,





*quando estive aqui, eu não falei sobre controlo de qualidade. Eu fui membro do controlo de qualidade há muitos anos, não tenho qualquer tipo de problema. Fala-se muito de cor, há muita gente que fala de cor. Não sabe o que é o controlo de qualidade, e eu tenho muitas dúvidas, porque eu, em centenas de processos, fui muito mais formador do que propriamente punitivo e os meus relatórios falam por mim! E se há alguém aqui que pode eventualmente avaliar, o tal Manel Teixeira, que trabalhou comigo; está a Sra. Bastonária, que também trabalhava e despachava os processos de controlo de qualidade... eu falo por mim! Eu não represento a generalidade dos meus colegas, porque nós não somos todos iguais! Portanto, não se diz "dá às pessoas", porque o controlo de qualidade, "porque vocês serviam-se da Ordem"! Eu aconselho e peço-lhe, e peço-lhe: prove-me que eu, alguma vez, me servi da Ordem. Mas peço-lhe! Se tiver alguma coisa que prove que eu me servi da Ordem, prove-me, e depois conversamos."*

Seguidamente, o Sr. Vice-Presidente deu a palavra para o direito à replica ao Representante Domingos Queirós Martins, tendo este declarado que, (citamos): *"Respondendo à provocação que aqui foi feita relativamente ao despesismo do controlo de qualidade, peço desculpa, eu não vou descer ao seu nível. Vou apenas dizer que o Sr. não sabe do que fala! Eu não falei em despesas. Eu estive aqui, na minha intervenção, eu não falei em despesas. E agora, exijo que o Sr. prove que alguma vez eu me servi do controlo de qualidade e que era arrogante quando visitava os colegas. Muito obrigado"*

O Sr. Presidente da MAR, agradeceu as intervenções e deu início à Ordem do dia propriamente dita, fazendo menção a que o primeiro ponto, como habitualmente, trata da votação e aprovação da ata da última AR, no entanto, desta feita, não houve possibilidade, pela escassez de tempo entre a última Assembleia e esta, de se fazer a compilação da gravação áudio e vídeo dessa Assembleia, pelo que, em princípio, em março, aquando da próxima Assembleia ordinária, já haverá condições para o envio, em tempo oportuno, das atas das duas últimas Assembleias, ou seja, da de 23 de novembro e da de hoje.

Assim, o primeiro ponto da ordem do dia decorre da alínea c), do n.º 2, do artigo 22.º do Regimento, que prevê que: *"cabe ao Sr. Presidente da Mesa dar nota à Assembleia*



à Ordem nos termos do Estatuto da OCC. Acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, muitas propostas, que foram transmitidas pelos colegas à Ordem, mereceram acolhimento. Em termos de grafia, o Regulamento trás alterações conforme acordo ortográfico e as designações de Técnicos Oficiais de Contas para Contabilistas Certificados. Houve também uma mudança de formulários em papel para o processo de candidatura digital, via sítio da OCC, sendo certo que alguns documentos oficiais têm que ser garantidamente comprovados por via dos reconhecimentos. No que respeita à duração do estágio, na proposta inicial, constava o mínimo de 8 meses e 800 horas, e nesta proposta final, ficou o mínimo de 800 horas e máximo de 18 meses, não havendo o mínimo de 8 meses, quer porque tal contrariava algumas das práticas existentes, quer também porque não era compatível com a maior parte das situações que existiam a nível académico. Relativamente ao plano de estágio, foram acrescentadas duas atividades, que têm a ver com peritagem, procedimento e processo tributário, não sendo uma componente de execução, mas sim de acompanhamento no âmbito de um estágio profissional. Esta matéria foi bastante debatida, tendo em consideração que a maior parte dos candidatos à Ordem poderiam não ter a possibilidade de acompanhar processos de contencioso tributário e que isto era uma exigência muito grande. Ainda assim, o Conselho Diretivo entendeu mantê-las, já que, é importante que os patronos tenham em atenção que devem acompanhar e devem incluir os seus estagiários nestas áreas, que são fundamentais para a nossa atividade. Quanto aos direitos do patrono, passámos de duas ações de formação para trinta horas de formação, por se entender que seria o mais ajustado à realidade. Em termos dos estágios curriculares, o que este Regulamento apresenta é, no fundo, aquilo que já existia. Tanto pode ser estágio em contexto empresarial como estágio curricular e, dentro do estágio curricular, pode ser no âmbito de uma disciplina ou também em contexto empresarial. Nesta proposta, a validade do estágio curricular é de quatro anos, porque se entendeu que o prazo de dois anos estabelecido era, de facto, um período curto. Quanto ao exame, este é muito exigente, longo e abrangente *“em toda as matérias que os Contabilistas Certificados devem ter conhecimentos e que fazem parte daquilo que é o perfil e as necessidades que os Contabilistas Certificados possam vir a ter”*. Daí que, o exame tenha sido alvo de críticas, quer pelo seu tamanho, quer pela sua dificuldade. A Ordem não deixará de ser exigente em relação ao exame, uma vez que, é fundamental que



proposta de Regulamento ainda é conservadora face àquilo que, provavelmente, a tutela gostaria. Terminando a sua intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu que a academia foi ouvida, e que se procurou que todas as sensibilidades fossem vertidas neste Regulamento.

De seguida, o Sr. Presidente da MAR abriu as inscrições para os Representantes que, sobre este ponto da Ordem do Dia, pretendessem pronunciar-se. Inscreveram-se os Representantes: Carlos Manuel Pera Nunes, CC 21009 e Carlos Alexandre Quelhas Martins, CC 35891.

Dada a palavra ao Representante Carlos Nunes, o mesmo começou por cumprimentar a MAR na pessoa do Sr. Presidente, o Conselho Diretivo, na pessoa da senhora Bastonária, o Conselho Jurisdicional, na pessoa do senhor Sr. Presidente, o Conselho Fiscal, na pessoa do senhor Sr. Presidente, e todos os colegas da AR, assim como todos os colegas presentes no auditório. Em relação ao Regulamento, manifestou o seu agrado com a alteração proposta, que aproxima o modelo de acesso à realidade dos alunos e dos Contabilistas Certificados. No seu entender, existe uma melhor adequação à realidade dos nossos dias, tendo sido ouvidas as universidades e acolhidas algumas das propostas por estas apresentadas. O modelo que se espera que seja aprovado é, disse, bem melhor do que o atual.

Dada a palavra ao Representante Carlos Quelhas Martins que, após cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, os restantes colegas da mesa, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os restantes membros do Conselho Diretivo e os demais colegas, demonstrou a sua concordância com a existência de um exame de avaliação, e com ele ser possível avaliar todos os conceitos que foram adquiridos durante a licenciatura tendo em conta que o objetivo da Ordem é o prestígio e a dignificação da profissão. Com a abertura a novos cursos e a novos candidatos com menos formação na área da contabilidade, fiscalidade e contabilidade de gestão, e outras, torna-se, efetivamente, cada vez mais relevante este exame de acesso à Ordem. O aumento de tempo para elaboração do exame de 4 para 6 horas e a possibilidade de o mesmo ser dividido em dois sábados, é de louvar, acrescentou Representante, e indica que a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e o Conselho Diretivo estão atentos àquilo que são as





que se pretende é melhorar o nível de serviços prestados aos membros. Outro vetor estratégico que é fundamental, no momento, é o *Contabilista Certificado 4.0*, que tem que ser um Contabilista Certificado altamente preparado para conseguir aproveitar as grandes oportunidades desta era digital. E o último vetor estratégico é, sem dúvida, salientar o *interesse público da profissão*, referindo como objetivo do Conselho Diretivo: defender e demonstrar a toda a sociedade que ser contabilista é uma profissão de interesse público e garantir que esse interesse está assegurado.

A seguir, através da visualização de diapositivos, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária explicou o que se pretendia concretizar para o ano de 2020 através de cada um destes vetores, em sede de plano de atividades. Assim, de parte da Ordem, deseja-se o reforço do apoio técnico e incansável na defesa dos interesses e direitos dos Contabilistas Certificados, que se relaciona inteiramente com o interesse público da profissão, também, por outro lado, os Contabilistas Certificados, cada vez mais, têm que garantir os direitos dos contribuintes. Nesse sentido, e ao nível da relação com a Autoridade Tributária e com a Segurança Social, foi solicitada uma alteração, que se pretende concretizada no início do ano de 2020, no que respeita ao disposto nos artigos 29.º e 32.º do RGIT, com o intuito de retirar a subjetividade inscrita nas referidas disposições legais, tal proposta foi presente ao SEAF e está disponível no site da Ordem, por forma a não permitir que haja um poder discricionário e que, em consequência, os chefes dos Serviço de Finanças possam decidir como lhes aprouver. Prosseguiu Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmando que quando não há prejuízo para a receita fiscal, não pode haver aplicação de coimas, desde que a falta seja regularizada, reforçando ainda que a aplicação de coima só deixa de existir se for regularizada e cumprida a obrigação. É, pois, elementar que o artigo 32.º do RGIT seja alterado no sentido proposto, e que exista uma interligação do artigo 29.º com aquela disposição legal, para garantir a atenuação e aplicação da redução das coimas. Já quanto ao artigo 24.º da LGT, pretende-se que fique previsto o que estava legislado anteriormente porque, obviamente, se um Contabilista Certificado tiver um comportamento doloso, deverá ser chamado à inerente responsabilidade subsidiária, ao invés, se a atuação não for dolosa, não tem que ser responsabilizado. Há a garantia do Secretário de Estado que a versão anterior será reposta o quanto antes. Existe também uma proposta de alteração do pagamento por conta. Tal sugestão deve-se ao facto de, nos últimos anos, ter havido uma



direito tributário, que tem que ficar suspenso durante um período porque, quer os clientes quer os Contabilistas Certificados têm direito a ter um período em que não se têm que preocupar com estas matérias. Será nestes termos que a Ordem pretende avançar com a proposta legislativa a fim de implementar um regime de férias fiscais. A Ordem deseja, igualmente, a prorrogação de alguns prazos para permitir recuperar o trabalho quando se regressa de férias, e a suspensão de tudo aquilo que tenha a ver com o contencioso tributário, entre o mês de agosto até 15 de setembro. Em termos de Segurança Social, já há muito trabalho realizado com a Secretaria de Estado da Segurança Social, designadamente, o justo impedimento. Este mecanismo foi aprovado e finalmente concretizado em 2019, no entanto, necessita de ajustamentos práticos este ano no que respeita ao acerto das declarações no site da AT, para que tudo isto seja operacional. Assim, a portaria determinará as declarações que estão abrangidas e que a Ordem quer que sejam todas aquelas que o contabilista possa enviar, ainda que não estejam no âmbito das suas competências exclusivas, tudo o que diz respeito a DMR's, retenções na fonte, Modelos 30, porque se um contabilista está impedido, também estará impedido para essas, porque é ele que cumpre essas obrigações. Foi proposto ao Secretário de Estado da Segurança Social o alargamento do prazo de obrigações da Segurança Social, e a Ordem crê que seja simples a sua implementação, nomeadamente, através do recurso ao decreto regulamentar, no sentido de introduzir também aquilo que se aplica em termos do Estatuto para o justo impedimento seja alargado ao âmbito da Segurança Social. Ainda, quanto à Segurança Social, foi sugerido um atendimento diferencial para os Contabilistas Certificados. A Segurança Social já tem, hoje em dia, um atendimento preferencial para os grandes contribuintes, e, portanto, pretende-se alargar esse direito aos Contabilistas Certificados, processo que se espera estar concretizado durante o ano de 2020. Uma outra proposta de âmbito legislativo, relacionada com transparência fiscal no que respeita ao regime dos trabalhadores independentes, aguarda provimento. Em relação ao regime das férias fiscais, a Segurança Social está acessível e mais disponível até do que o próprio Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, e por isso, espera-se alcançar bons resultados durante o ano de 2020.

Afirmou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, quando o Conselho Diretivo se candidatou tinha quatro grandes objetivos no que respeita às questões macro que queria ver aprovadas, dois estão



*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten initials 'B' in blue ink]*

prestações de contas, cumprimento de obrigações fiscais com confiança, por forma a que a sociedade civil olhe para os contabilistas com a dignidade que os mesmos merecem. Para que isto aconteça, sem dúvida que o Contabilista Certificado, e também ligando ao contabilista 4.0, tem que crescer e tem de ser o agente do desenvolvimento da economia global. A informação tem que ser efetuada de forma a criar valor nas empresas. O Contabilista Certificado tem, pois, de pensar em novas formas de relato. O relato financeiro é extremamente importante, mas o relato não financeiro também, nomeadamente, as preocupações ambientais e as preocupações sociais que as empresas têm e que podem definir um investimento. Os Contabilistas Certificados têm que estar sempre presentes no aconselhamento no momento da decisão. O contabilista tem, igualmente, que ajudar na prudência e na gestão da despesa pública ou privada, acompanhando os seus clientes. Para tudo isto, a Ordem apresentou 24 medidas, destacando-se 133 ações. É um programa arrojado, assegurou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, no entanto, *“aquilo que nos comprometemos praticamente está tudo cumprido, inclusivamente, do nosso próprio programa eleitoral, 95% das ações estão cumpridas”*. Concretamente, existe um plano formativo bastante aliciante, focado nas necessidades do digital e descentralização, levando a formação, incluindo as reuniões livres, fora das capitais de distrito. No que respeita ao regime do justo impedimento, a Ordem está a acompanhar a AT naquilo que é a sua execução prática, já internamente, esta a ser organizada a bolsa dos Contabilistas Certificados suplentes, que deverá estar realizada até final de dezembro ou no princípio de 2020. Pretende-se implementar a redução do tempo de resposta dos pareceres técnicos para um prazo nunca superior a quinze dias. Haverá desafios de cooperação e colaboração com as instituições de ensino, em resultado da aprovação do Regulamento hoje votado, o que conduzirá a ajustamentos ou renovações de protocolos entre a academia e a Ordem. No princípio do ano 2020, prevê-se voltar ao tema dos colégios de especialidade. Este processo que esteve suspenso, porque dependeu da alteração do Regulamento, que foi submetido à apreciação da tutela e aceite por esta. No ano de 2020 a Ordem vai dedicar-se muito à temática do contabilista público, já que, há matérias da competência exclusiva do Contabilista Certificado, como determina o Estatuto. Em relação ao portal da AT, para além das situações já mencionadas, outras matérias estão a ser tratadas no âmbito das reuniões tidas entre ambas as instituições,



TOOnline, 4.132.000 euros. Em termos da percentagem total, 52% é de quotas, 19,5% de ações de formação e 21,8% do TOOnline. A este respeito, alertou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, a nível de custos das ações de formação, fixos e variáveis, estes absorvem, praticamente, todos os rendimentos das mesmas. Quanto ao serviço do TOOnline, quer para assegurar os servidores e a grande procura que existiu e quer para salvaguardar a grande procura que já prevemos para o ano de 2020, foram feitos novos investimentos em servidores, em 2019. E, por isso mesmo, neste momento, a margem de lucro do TOOnline situa-se em cerca de 23%, muito abaixo dos 50% em que se situava. O TOOnline é autossustentável e sustenta-se, sendo certo que durante muitos anos, ainda deu rendimento, mas agora, pretende-se é aplicá-lo sempre no investimento necessário pelo próprio TOOnline. Ainda, relativamente ao TOOnline demonstrou-se e distanciou-se de muitos outros softwares do mercado, sendo a verdadeira ferramenta dos contabilistas. Assim, no âmbito da gestão administrativa existem 4.232 licenças e esperam-se mais 423 para o próximo ano de 2020. A nível da gestão comercial, que é o de faturação, temos 40.753, e aquilo que é expectável é aumentar 2.527 licenças. Há, igualmente, produtos novos, em fase experimental que vão começar a ser licenciados, mas que, em princípio, a partir de fevereiro do próximo ano, já vão eles próprios contribuir em termos de licenças. Prosseguiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclarecendo que *“aquilo que é expectável na gestão de gabinetes em termos de vendermos 1.460 gestão de gabinetes, e no arquivo digital 4.410”*. É uma expectativa prudente, pois, desconhece-se a reação aos novos módulos. Com o módulo do arquivo digital, pretende-se que o mesmo tenha uma ligação total entre um e-mail, o arquivo de faturas e todos os documentos da contabilidade, com sugestões de lançamento para a contabilidade, arquivo automático, com o intuito de serem diminuídos os tempos de trabalho. Em termos de custos e de gastos, o que está previsto para o ano de 2020 é um total de custos de 18.539.552 euros, sendo a maior variação verificada nos fornecimentos e serviços externos que está relacionado também com a formação, mais formação, mais fornecimentos e, ainda, com o TOOnline.

Em relação à quotização dos membros, os valores baixarão em 2020. Nesse sentido, espelhou-se em termos orçamentais essa descida, que está igualmente relacionada com as tomadas de decisão para isenção de 50% nos novos membros, para a isenção dos 50% para os membros entre os 75 e 80 anos e para a isenção total para os membros com mais



um orçamento rigoroso, que espelhava a boa gestão desta direção e não tinha nenhuma razão para que não fosse aprovado por unanimidade.

Dada a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal, o mesmo iniciou a sua exposição cumprimentando todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da MAR todos os elementos da mesa; em nome da Sr.<sup>a</sup> Bastonária todos os membros do Conselho Diretivo; em nome do Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional todos os membros do órgão; também em nome do Sr. Presidente da MAR, cumprimentou todos os membros da AR presentes, bem como os colegas que se encontram nas galerias, incluindo alguns colaboradores da OCC que foram autorizados a estar presentes nesta sessão.

Seguidamente o Sr. Presidente do Conselho Fiscal informou que, apesar de o artigo 62.º do Estatuto não estabelecer a obrigatoriedade do Conselho Fiscal se pronunciar sobre o plano de atividades e orçamento, o Conselho Diretivo entendeu solicitar a emissão de um parecer sobre o mesmo, o qual foi emitido no dia 28 de novembro, documento que consta da brochura que foi disponibilizada e está disponível no site da Ordem. Assim, a nível de constrangimentos teóricos relativamente à questão em apreço, que tem a ver com informação financeira prospetiva, o que se pretende é interligar as demonstrações financeiras históricas e também as demonstrações financeiras previsionais. Aliás, não existe na contabilidade esse normativo, mas existe uma norma internacional de auditoria sobre informação prospetiva, que analisa esta problemática. O Conselho Fiscal indagou junto do Conselho Diretivo e dos serviços, com o intuito de avaliar a razoabilidade da informação previsional que consta do plano de atividades e orçamento, verificando a consistência, adequação dos pressupostos que foram tidos em consideração na elaboração desse documento, e sempre numa perspectiva de melhoria contínua. Foi, pois, realizada uma comparação entre os rendimentos e gastos desde 2010 até ao presente, para tentar perceber qual é a tendência dos diferentes orçamentos real/ planeado. A tendência verificada é a de que o orçamento real é menor do que o planeado. Estando a trabalhar com informação prospetiva, adiantou o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, dos elementos de que tiveram conhecimento, nada leva a crer que não seja proporcionada uma base aceitável relativamente àquela informação e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente e com as políticas e princípios contabilísticos





Colação CC 16 e António Manuel dos Santos Nabo CC 9593. Foram disponibilizados três minutos para cada intervenção.

Dada a palavra ao Representante Manuel Gonçalves, este iniciou a sua intervenção saudando o Sr. Presidente da MAR e restantes membros, a Sra. Bastonária e restantes membros do Conselho Diretivo, os Sr. Presidentes do Conselho Fiscal e do Conselho Jurisdicional e restantes colegas. De seguida manifestou que, da sua exposição resultaria uma sugestão, uma questão e uma preocupação. Assim, demonstrou a sua concordância com o conceito da formação que foi elaborado pelo Conselho Diretivo, mas não integralmente, em especial com o que foi desenhado quanto à formação do SAFT da contabilidade. Assim sendo, sugeriu que essas formações fossem ministradas em turma, porque esta modalidade permite não só a economia dos gastos, mas essencialmente o diálogo e a partilha do conhecimento. A questão que pretende ver esclarecida relaciona-se com saber se o referendo sobre os destinos da sede do Porto e da casa do contabilista em Lisboa, está previsto para o ano de 2020 ou, pelo menos, neste mandato. A preocupação prende-se com o facto de perceber se existem indícios de que os resultados possam ser diferentes, no entanto, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal já esclareceu tratar-se de reflexões que se fazem em números hipotéticos. Concluiu a intervenção, parabenizando toda a equipa, porque *“chegámos ao meio tempo, costuma-se dizer ao intervalo, com o resultado ganho”*.

Dada a palavra ao Representante Severino Sousa, e após cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, os restantes membros da mesa, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os restantes membros da direção, os restantes órgãos, prezados colegas da AR e os demais Contabilistas Certificados, comunicou que iria apresentar duas questões e um desafio à direção. A primeira questão é a de saber qual é a previsão de gastos das cobranças coercivas efetuadas pela AT ou, por outras palavras, quanto custa uma cobrança coerciva feita pela AT. A segunda questão prende-se, disse, com saber o que é que a Ordem tenciona fazer em 2020 relativamente ao SAFT, mais especificamente, relativamente aos empresários e aos Contabilistas Certificados, já que, neste aspeto, as medidas conhecidas aparentam ser insuficientes. Afirmou o Representante, desde logo, concordar com os planos de



cento do orçamentado, referindo ainda que, (citamos) “já não falo de orçamento, falo de factos”.

Dada a palavra ao Representante Manuel Benavente, este saudou o Sr. Presidente da MAR, o Conselho Diretivo, a Sra. Bastonária e os demais colegas. Afirmou, desde logo, que em democracia, um orçamento nunca é um documento unívoco, estando sujeito a aprovação, rejeição ou abstenção. No que respeita propriamente ao plano de atividades e orçamento, no seu entendimento, é um documento equilibrado, apresentou dúvidas, no entanto, quanto à sua efetiva realização. Em relação às ações de formação, os proveitos em 2020 sobem 6,8% e os custos da formação sobem 35%, de 1817 para 2462. Face a este aumento de 35%, questionou se esta variação está relacionada com o SAFT e, em caso afirmativo, se a Autoridade Tributária não poderia compartilhar em relação à Ordem com os custos que daí advêm. Relativamente ao TOConline, em 2019, os proveitos foram de 2.864.000,00€ e, em 2020, está projetado 4.132.000,00€, correspondendo a um aumento de 44%. Prosseguindo, o colega afirmou que, para uma Ordem, isto constitui uma fragilidade, porque a Ordem tem que subsistir com as suas receitas ordinárias. Finalizando, o colega congratulou-se com o facto de a Sr.<sup>a</sup> Bastonária ter mudado de opinião e afirmar que não concorda com o envio de todos os registos contabilísticos e informações excessivas à AT.

Dada a palavra ao Representante Rui Herdadinha, o mesmo cumprimentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e os restantes colegas, em todas as suas funções na Assembleia. Quanto ao plano de atividades, é importante salientar, disse, que a relação entre a AT e os Contabilistas Certificados, sempre foi pautada por obstáculos, falta de cooperação e uma desproporcional hierarquização das consequências diretas para os profissionais, contribuintes e, consequentemente, a economia. Continuou o seu discurso afirmando: “Nós estamos fartos de ser achincalhados. E não é só pela Autoridade Tributária, como pela Segurança Social agora!” Quanto ao SAFT declarou não estar especialmente preocupado com o respetivo cumprimento. E em forma de sublinhado, afirmou ainda, que, os Contabilistas Certificados não devem estar a trabalhar para a AT, perdem-se horas a defender o contribuinte, com erros da AT. Quanto às contas, que têm o parecer do



demais colegas. De seguida, declarou que estava perante um Plano de Atividades muito ambicioso e muito importante para a profissão e que estava convicto que será integralmente realizado. As propostas de alteração aos artigos 32.º do RGIT, 24.º da LGT e a alteração do cadastro são bastante importantes. Em relação ao projeto da qualidade, reafirmou a importância do mesmo, porque a certificação da qualidade é essencial para os Contabilistas Certificados. Quanto ao plano e balanço previsional, considerou que é para cumprir, tendo em consideração que a Sra. Bastonária já cumpriu, praticamente na íntegra, o programa que apresentou.

Dada a palavra ao Representante Carlos Nunes, e após saudar genericamente todos os colegas, mencionou que o orçamento em apreço era sinónimo claro de transparência. *“Não tenham dúvida, informação pertinente e atempada,”* afirmou. A divulgação da informação económica e financeira da instituição, é um cunho atual desta Direção, bem como o maior rigor e maior eficiência na gestão de recursos. Nota-se claramente uma maior participação dos colegas, a título de exemplo, em Portimão comparecem, em média, cerca de cento e vinte colegas, referindo-se às ações de formação realizadas naquela cidade. Há mais encargos com o pessoal, mas não com a direção ou com os órgãos de gestão. A tesouraria, claramente, está bem melhor, pois os juros e os financiamentos baixaram e não existem contas caucionadas. Quanto aos resultados, a ordem é uma entidade sem fins lucrativos, por isso, não se podem esperar resultados para além dos já exigidos. Terminou a sua intervenção agradecendo à Sr.ª Bastonária o facto de ter dado a verdadeira importância ao novo normativo para os organismos públicos e, nomeadamente, ao Contabilista Certificado Público.

Dada a palavra ao Representante José Raimundo, e após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, e na sua pessoa todos os restantes membros da MAR, a Sr.ª Bastonária, e na sua pessoa todos os elementos do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e os restantes elementos, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e os restantes elementos, o mesmo indicou que pretendia deixar quatro breves notas. Se entendemos que o Contabilista Certificado é um parceiro estratégico das empresas, a certificação de qualidade é o nosso selo de garantia. E a formação é aquilo que vai proporcionar esse selo



*estão todas as seguranças? Nunca obtemos uma resposta assertiva, pá! Ainda relativamente ao SAFT, infelizmente a memória não é curta e temos de ver a Presidente do Conselho Diretivo dizer na Assembleia da República: “o SAFT, esse problema é dos empresários, não temos nada a ver com isso”! Felizmente, parece que agora temos! Então, devia estar aqui também no Plano de Atividades que a Ordem se ia empenhar junto das entidades empresariais a explicitar os perigos que os empresários correm com essa transmissão total e integral dos movimentos! Isso devia constar do Plano de Atividades e a Ordem, de facto, devia-se empenhar em explicitar, clarificar junto dos empresários os riscos que eles correm. Portanto, sendo assim, não posso dar o meu voto favorável ao Plano de Atividades e Orçamento para 2020, apresentado pelo Conselho Diretivo, quando nele se encontra previsto um aumento de 44,3%, o montante de mais de 1 milhão e 200.000 euros, ainda por cima são serviços referentes aos serviços de informática de TOConline, caso o Conselho Diretivo já tenha desistido de pôr em prática uma das suas maiores bandeiras na campanha eleitoral, disponibilizar o TOConline gratuitamente aos membros, deveria então ter vindo a público comunicar esse facto aos membros da Ordem! Tenho dito.”*

Dada a palavra ao Representante António Nabo que, após apresentar os cumprimentos ao Sr. Presidente da MAR, à Sr.<sup>a</sup> Bastonária e aos restantes colegas esclareceu que pretendia apenas deixar duas ou três notas. Em primeiro lugar, referiu que, considera que este Plano de Atividades e Orçamento é claramente uma continuidade daquilo que se fez ao longo destes 2 anos e, nesse sentido, reflete essa situação. A Ordem está num caminho que há 2 anos foi definido para 4 anos. Em relação aos desafios para o futuro, a primeira empresa que pôs dados na nuvem, fez isso há dez anos. Os contabilistas precisam de muito mais formação nesta área digital, porque vai haver um desenvolvimento a uma velocidade gigantesca. Face a isto, o plano de formação que está a ser proposto, vai ficar aquém porque as necessidades vão ser cada vez maiores. Outra nota, que o colega quis deixar foi, em suma, que a intervenção da Ordem lá fora deve ser cada vez mais forte, porque é lá fora que se tomam decisões. Mais uma nota importante é o reativar dos Colégios de Especialidade, porque nos permite especializar e isso possibilita também uma relação diferente com a Academia. Em relação ao Orçamento em si, é claro que é um orçamento



Bastonária declarou que as formações têm muito mais sucesso pela partilha de informação e de conhecimento, no entanto, esta era uma formação muito específica, concretizou.

Quanto à Casa TOC e à sua utilização, a mesma não está refletida no plano, porque depende de outras circunstâncias, mas em 2020 vai haver novidades. O Conselho Diretivo não pode fazer, no seu entender, de forma diferente daquilo que vier a ser decidido, todavia, entende que a Casa TOC de Lisboa e do Porto não têm viabilidade, mas é preciso demonstrá-lo. Foi a concurso público um estudo de viabilidade e está a ser concluído, pelo que, provavelmente em janeiro a Ordem estará em condições de o divulgar. De qualquer modo, o estudo demonstra que não há viabilidade, pois, cada contabilista teria que pagar entre 1.500 e 2.000 euros mensais para poder estar na Casa TOC, uma vez que, os quartos são muitos poucos, os contabilistas são muitos e ainda que tenha este custo, só iria beneficiar uma fatia muito pequena dos profissionais. Após a apresentação do estudo na revista de janeiro ou fevereiro, o Conselho Diretivo vai decidir se vai propor à Assembleia fazer um referendo com perguntas sobre o destino e sobre a viabilidade, para que os membros decidam ou se a solução passará por uma consulta aos Contabilistas Certificados, em termos gerais. O Conselho Diretivo considera que o espaço da Avenida Gago Coutinho não terá grande perspectiva de utilização, pelo que, provavelmente a solução será vender e investir ou amortizar outros financiamentos. Em relação ao Porto, como a Casa TOC está inserida no edifício e há menos espaço de formação, o terceiro andar que tem atualmente os quartos, poderá servir para as salas de formação e assim uma utilização mais efetiva. Durante o ano de 2020, e após consulta aos contabilistas certificados, haverá uma solução para estas situações.

Quanto às questões que foram colocadas pelo Sr. Presidente do Conselho Fiscal, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu que, as entende como recomendações e sugestões, em termos de garantia de rendimentos e de resultados. Para a Ordem é, o que é expectável, e o que é expectável com segurança. Perante uma qualquer situação anómala, podem existir variações, no entanto, e conforme explicou o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, não é expectável que assim seja. Quanto ao balanço previsional e ao fluxo de caixa previsional, já tem sido recomendação, mas, sinceramente, o Conselho Diretivo entende que não têm utilidade. O fluxo de caixa traduz-se em mais um mapa que se realiza e o balanço previsional, entende, não é relevante.





Prosseguindo com a sua explicação, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu que não crê que a AT desista do SAFT, apesar de considerar que é desnecessário, no entanto, será garantido que o contabilista o faz sem pôr em causa a sua credibilidade. Enquanto a credibilidade puder ser posta em causa, não há SAFT, reiterou. Concluindo a questão da formação do SAFT, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária reafirmou que houve tanto sucesso porque foram formações pedagógicas transversais, essenciais para a profissão e que trouxeram uma melhoria significativa nos procedimentos da maior parte dos gabinetes que foram visitados ou que frequentaram a formação.

Quanto ao investimento, o grande investimento que estava previsto ser realizado, no ano 2019, respeitava as redes informáticas e uma parte concretizava-se em ativos fixos tangíveis, daí as depreciações, outra parte são em serviços associados à sua manutenção, portanto, são FSE's puros. O investimento foi identificado como investimento, mas depois parte do seu custo não qualificado como Ativo Fixo foi reconhecido como gasto do exercício. Relativamente à diferença dos valores inscritos no relatório intercalar e dos veiculados posteriormente, relaciona-se com o Congresso. Os custos no mês de setembro foram extremamente elevados, que eram os previsíveis, mas acabou por ter uma influência nesse mês, em termos de resultado, que desvirtuou o previsional. Quanto às questões colocadas pelo Representante Manuel Benavente respeitantes à formação do SAFT, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu que se detetou um problema estrutural de diversos colegas, que têm procedimentos mal implementados e formas muito insuficientes de trabalho e, nesse sentido, essa formação revelou-se proveitosa. Assim sendo, não parece razoável a AT ter que remunerar os Contabilistas ou a Ordem pela realização da formação SAFT. O aumento da formação e os 30% que estão refletidos no orçamento tem a ver obviamente com as necessidades de formação que vão ocorrer durante o ano 2020, com todas estas passagens para a era digital e com o aumento do número de horas obrigatórias. Em relação aos custos, a Ordem ministra formações a 32 euros, o que não parece ser um valor exorbitante, além do mais há imensa formação, designadamente, as reuniões livres, as conferências, as sessões de esclarecimento quando entra em vigor qualquer matéria, por forma a que cada contabilista possa preencher o número de créditos, gratuitamente. Pode colocar-se a questão de saber, porque não se realiza sempre formação gratuita. Em primeiro lugar, avançou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, porque a formação tem os custos associados



unidas intentaram de novo uma ação contra a Ordem, de natureza distinta, que é o que está em curso. Neste outro processo o que está em causa é saber se a Ordem, como Associação Pública que é, pode vender ou não software. A Ordem considera que o TOConline é uma ferramenta do contabilista, sendo que tal entendimento se alicerça em pareceres consistentes, pelo que, a Instituição está perfeitamente tranquila em relação a esta matéria. No decurso da sua exposição, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária agradeceu as palavras da colega Teresa Eva e de todos os colegas que se tinham manifestado em prol das decisões da Ordem. Quanto à renúncia de funções no portal da AT, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou acreditar que, finalmente, a situação vai ficar resolvida em 2020, quando forem ajustadas as plataformas para o Justo Impedimento. No que respeita ao então SITOC, o que se tem vindo a verificar é que, quando era enviado em CD, tinha uma utilização muito maior, do que agora o SICC. A Ordem pretende iniciar sessões de esclarecimento, porque o SICC é a melhor base de dados, contém todos os códigos, os CAE's sempre atualizados e pareceres elaborados pelo Consultório Fiscal que versam praticamente sobre todas as matérias. Relativamente à questão do Representante João Colaço, referente ao TOConline versus Cloudware, a Ordem tem soluções, caso a relação contratual cesse com a Cloudware. Em relação ao contabilista 5G, mencionado pelo Representante António Nabo, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária apoiou a nomenclatura, adiando tal designação para o próximo ano. Para finalizar a sua intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou que a profissão está a crescer e a valorizar-se, e que isso se deve ao trabalho de todos. Aproveitou, igualmente, para agradecer os contributos de todos no decurso da Assembleia. É notoriamente reconhecido o trabalho e o esforço que a Direção está a realizar para mudar e melhorar os destinos da profissão, congratulou-se. A instituição está mais próxima dos Contabilistas e vice-versa. Foi ainda aventado que o orçamento era arrojado e de difícil execução, no entanto, tais argumentos já foram utilizados no passado e o plano anual tem vindo a ser cumprido em cerca de noventa por cento. Despedindo-se de todos os colegas, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária desejou boas festas e um ano de 2020 ainda melhor.

Findos os esclarecimentos, o Sr. Presidente da MAR colocou à votação o Plano de Atividades e Orçamento para 2020. Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR informou a Assembleia que, conforme credenciação eletrónica, estavam presentes e



O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu a todos os colegas presentes, desejou bom ano e deu por encerrada a sessão, eram 18h30m.

*[Handwritten signature in blue ink]*

Regel Vondra de 12te font

*[Handwritten signature in blue ink]*